



O Constitucionalismo Brasileiro Tardio

Manoel Jorge e Silva Neto

Brasília - DF
2016

SUMÁRIO

Apresentação	13
Capítulo 1 - Aspectos explicativos sobre o constitucionalismo brasileiro tardio	17
1.1 A ideia de <i>cultura constitucional</i> . Conceito de constitucionalismo brasileiro tardio	18
1.2 O constitucionalismo brasileiro tardio é fenômeno único? Exame à luz do direito constitucional comparado.....	23
Capítulo 2 - Causas históricas, políticas e jurídicas do constitucionalismo brasileiro tardio	33
2.1 Possíveis causas históricas: a ausência de pertencimento, o "homem cordial" e o personalismo.....	33
2.2 Possíveis causas políticas e a pífia consolidação do ideal democrático e republicano	39
2.3 Possível causa jurídica: o individualismo jurídico	46
2.4 Síntese conclusiva: o constitucionalismo brasileiro tardio como resultado de possíveis concausas históricas, políticas e jurídicas.....	46
Capítulo 3 - Efeitos jurídicos do constitucionalismo brasileiro tardio	49

3.1 A interpretação da constituição e o constitucionalismo tardio	49
3.2 O modelo autocrático de controle de constitucionalidade e o constitucionalismo tardio.....	51
3.2.1. O modelo autocrático de controle de constitucionalidade, o constitucionalismo tardio e a edição de medidas provisórias estaduais e municipais	55
3.3 O constitucionalismo tardio e a (in)efetividade dos direitos fundamentais.....	57
3.3.1 O princípio da legalidade (Art. 5º, II/CF)	57
3.3.2 A liberdade de manifestação do pensamento (Art. 5º, IV/CF)	58
3.3.3 O direito de reunião (Art. 5º, XVI/CF)	61
3.3.4 O direito adquirido (Art. 5º, XXXVI/CF).....	62
3.3.5 Os efeitos do constitucionalismo brasileiro tardio no âmbito dos direitos políticos	64
3.3.6. O pacto federativo e os problemas decorrentes do constitucionalismo brasileiro tardio	68
3.3.7 Ainda a corrupção: o direito fundamental ao governo honesto e o "administrador cordial". O assalto ao patrimônio público como comportamento historicamente comprovado.....	70
3.3.8 A ausência de <i>cultura</i> constitucional e o corolário inevitável: o direito fundamental à <i>cultura</i> e seu estado de justificação no Brasil	72
3.3.9 A ambiguidade da proteção à liberdade religiosa no Brasil: concausa histórica e política	76
Conclusões	87